



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2015.0000869709

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação / Reexame Necessário nº 0018013-68.2011.8.26.0032, da Comarca de Araçatuba, em que é recorrente JUIZO EX OFFICIO e Apelante/Apelado PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA, são apelados/apelantes ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS (J. G.) (HERDEIRO), ANGELA LUZIA DOS SANTOS (J. G.) (HERDEIRO) e FRANCISCO ALVES DOS SANTOS (J. G.) (HERDEIRO).

ACORDAM, em 19ª Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram parcial provimento ao recurso do Requerido e negaram provimento ao recurso dos Autores, com determinação. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MELO BUENO (Presidente) e MARIO CHIUHITE JUNIOR.

São Paulo, 18 de novembro de 2015.

Flavio Abramovici

RELATOR

Assinatura Eletrônica

Comarca: Araçatuba – 1ª Vara da Fazenda Pública

MM. Juiz da causa: João Roberto Casali da Silva

Apelante: Município de Araçatuba

Apelados: Rosângela Aparecida dos Santos, Angela Luzia dos Santos e Francisco Alves dos Santos (que apresentaram recurso adesivo)

ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANOS MATERIAIS E MORAIS – Não comprovada a excludente da responsabilidade (objetiva) do Requerido – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA, para condenar ao pagamento de indenização, por danos materiais no valor correspondente a 2/3 de dois salários mínimos, e de indenização por danos morais, no valor de R\$ 62.200,00, além dos honorários advocatícios (fixados em 10% do valor da condenação, “inclusive uma anuidade das parcelas da pensão vincendas por ocasião do início da execução do julgado”) e de multa processual pela oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios (fixada em 1% do valor da causa – a que foi atribuído o valor de R\$ R\$ 545.000,00) – Não caracterizado o manifesto caráter protelatório dos embargos de declaração – RECURSO (APELAÇÃO) DO REQUERIDO PARCIALMENTE PROVIDO E RECURSO (ADESIVO) DOS AUTORES IMPROVIDO, PARA AFASTAR A CONDENÇÃO AO PAGAMENTO DA MULTA PROCESSUAL, E DECLARADO (DE OFÍCIO) QUE O REQUERIDO ARCA COM 3/4 DAS CUSTAS (INCLUSIVE AS INICIAIS) E DESPESAS PROCESSUAIS (ARCANDO OS AUTORES COM A PARCELA REMANESCENTE – OBSERVADA A GRATUIDADE PROCESSUAL) E OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DO PATRONO DOS AUTORES, JÁ CONSIDERADA A SUCUMBÊNCIA PARCIAL

Voto nº 10819

Recursos interpostos contra a sentença de fls.99/104, prolatada pelo I. Magistrado João Roberto Casali da Silva (em 24 de outubro de 2012), que julgou parcialmente procedente a “ação de indenização por danos morais”, para condenar o Requerido ao pagamento de indenização, por danos materiais no valor correspondente a 2/3 de dois salários mínimos (“desde a data do

evento danoso, incluindo o 13º salário, atualizado na diretriz da Súmula 490 do Supremo Tribunal Federal” e parcelas vencidas “atualizadas desde a data em que deveriam ter sido pagas, na forma prevista na Lei 11.960/09, com juros moratórios desde a citação”) e de indenização por danos morais no valor de R\$ 62.200,00 (com correção monetária desde a data da sentença, “observando-se a Lei 11.960/2009”), além dos honorários advocatícios (fixados em 10% do valor da condenação, “inclusive uma anuidade das parcelas da pensão vincendas por ocasião do início da execução do julgado”).

O Requerido opôs embargos de declaração (fls.106/109), que foram rejeitados (fls.111/114), com a imposição de multa processual (em razão do manifesto caráter protelatório dos embargos), fixada em 1% do valor da causa (a que foi atribuído o valor de R\$ 545.000,00). Em seguida, o Requerido apelou.

Alega, nas razões de fls.116/135, que comprovada a quebra do nexo de causalidade, em decorrência de caso fortuito/força maior (mal súbito apresentado pelo motorista do veículo); que o motorista (Leandro de Andrade Brito) foi absolvido na esfera criminal; que Autora originária recebia pensão por morte, pelo regime geral da Previdência Social; que excessivo o valor da indenização por danos morais; que não evidenciado o caráter protelatório dos embargos de declaração; e que caracterizada a sucumbência recíproca. Pede o provimento do recurso, para a improcedência da ação ou para a redução do valor da condenação, com o afastamento da multa processual.

Os Autores alegam, no recurso adesivo de fls.164/173, que diminuto o valor da indenização por danos morais, em vista da magnitude da lesão à personalidade (gerada pelo óbito de duas filhas da Autora originária); e que o Requerido “prolongou desnecessariamente e sem fundamentação plausível o curso do presente processo”. Pedem o provimento do recurso, para a majoração dos valores da indenização por danos morais e dos honorários advocatícios.

Contrarrazões dos Autores (fls.156/163) e do Requerido (fls.196/203).

Em razão da morte da Autora originária (em 03 de junho de

2012 – fls.139), os sucessores pleitearam a substituição do polo ativo (fls.137/138), o que foi acolhido (fls.193/194).

O recurso foi inicialmente distribuído à 2ª Câmara de Direito Público, relatoria do Desembargador Edson Ferreira, que representou à Presidência da Seção de Direito Público (fls.208), e foi determinada, então, a redistribuição à Seção de Direito Privado (fls.210) – o que foi cumprido, com o recebimento dos autos pela 29ª Câmara de Direito Privado em 23 de agosto de 2013.

Ao depois, o processo foi redistribuído (por processamento eletrônico) a este Magistrado e recebidos os autos em 14 de abril de 2015 (em razão da Resolução número 668/2014 – relativa à criação das Câmaras Extraordinárias da Seção de Direito Privado).

É a síntese.

A Constituição Federal de 1988, seguindo a tradição originária da Constituição de 1946, manteve a responsabilidade objetiva do Estado por danos causados por agentes públicos, nos termos do artigo 37, parágrafo 6º, que dispõe que:

As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

A responsabilidade objetiva assumida pelo ente estatal, como regra, se assenta no chamado risco administrativo – que inverte o ônus da prova, atribuindo ao Estado o ônus de comprovar a presença de eventual excludente de responsabilidade (tais como culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior).

O acidente ocorreu em 23 de setembro de 2010, na altura do Km 159 + 800 m, da Rodovia Castelo Branco, quando o veículo conduzido pelo agente Leandro de Andrade Brito (“I/M. Benz Tako Sprinm 16”) derivou à direita e colidiu com a traseira do veículo conduzido por Marcos Antônio Sobral (“Volvo/VM 310 4x2T”), causando lesões corporais graves em oito passageiros e o

falecimento de outros sete passageiros (incluindo as filhas da Autora originária: Rosi Elaine dos Santos e Solange Cristina dos Santos, que nasceram em 17 de julho de 1968 e em 22 de abril de 1966, respectivamente – fls.39 e 43).

O Requerido alega a existência de caso fortuito/força maior, em decorrência de alegado mal súbito sofrido pelo motorista do veículo oficial, mencionado em sindicância instaurada pela Municipalidade.

Não apresentada a cópia dos autos da sindicância e, por outro lado, a prova supostamente colhida naquele procedimento é incapaz de afastar a responsabilidade (presumida) do Requerido, pois o depoimento prestado pelo motorista Leandro (que “acredita” ter sofrido um mal súbito durante a viagem) não fornece a certeza necessária para o reconhecimento da quebra do nexo de causalidade.

Destarte, caracterizada a obrigação de indenizar.

Passo a apreciar a extensão dos danos (materiais e morais), e os valores das indenizações.

O Requerido impugna o pagamento de indenização por danos materiais (sob a forma de pensão mensal), pois a Autora originária recebia pensão por morte, paga pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Há muito pacificado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal que a pensão por morte tem natureza jurídica e origem distinta da pensão civil paga à vítima por aquele que provocou o dano (STJ, REsp. 776.338/SC, 4ª Turma, Rel. Min. Raul Araújo e STF, RE 461.234, Rel. Min. Ayres Britto, decisão monocrática).

Destarte, de rigor a condenação ao pagamento de indenização, por danos materiais.

Por outro lado, de rigor a manutenção do valor da pensão mensal (2/3 de dois salários mínimos), salientando-se que comprovado o recebimento de salário mensal pela vítima Rosi, em valor correspondente a dois salários mínimos (na data da admissão - em 01 de novembro de 2000 - fls.54), e que o valor fixado pelo Juízo de origem é compatível com os parâmetros usualmente

adotados por essa Câmara para a fixação de pensão mensal (Apelação nº 0000455-10.2011.8.26.0412, Rel. Des. Gilberto Leme, j. em 23 de março de 2015).

Quanto ao mais, mantido também o valor da indenização por danos morais (R\$ 62.200,00) – que, sem resultar em enriquecimento indevido, é suficiente para reparar (na medida do possível) o sofrimento então suportado pela Autora originária (pela perda de duas filhas) e, por outro lado, penaliza adequadamente o Requerido.

A sucumbência preponderante impõe a condenação do Requerido, não apenas ao pagamento dos honorários advocatícios, mas também ao pagamento das custas e despesas processuais (que foi omitida na sentença).

Destarte, declaro (de ofício) que o Requerido arca com 3/4 das custas (inclusive as iniciais) e despesas processuais (arcando os Autores com a parcela remanescente – observada a gratuidade processual) e os honorários advocatícios do patrono dos Autores, conforme fixado pelo Juízo de origem (10% do valor da condenação - “inclusive uma anuidade das parcelas da pensão vincendas por ocasião do início da execução do julgado”), já considerada a sucumbência parcial.

Por fim, de rigor o afastamento da multa processual, porquanto não evidenciado o caráter protelatório dos embargos de declaração de fls.106/109, notando-se que, não fossem os recursos interpostos pelos Autores e pelo Requerido, a sentença estaria sujeita ao reexame necessário, consoante o disposto na parte final da sentença.

Dessa forma, de rigor o parcial provimento do recurso (apelação) do Requerido e o improvimento do recurso (adesivo) dos Autores.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso do Requerido e nego provimento ao recurso dos Autores, para afastar a condenação ao pagamento da multa processual, e declaro (de ofício) que o Requerido arca com 3/4 (três quartos) das custas (inclusive as iniciais) e despesas processuais (arcando os Autores com a parcela remanescente – observada a gratuidade processual) e os honorários advocatícios do patrono dos Autores, fixados em 10% (dez por cento) do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

valor da condenação (“inclusive uma anuidade das parcelas da pensão vincendas por ocasião do início da execução do julgado”), já considerada a sucumbência parcial.

FLAVIO ABRAMOVICI

Relator